



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638469 - AL (2021/0000934-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : HANNA DOLORES NASCIMENTO DA SILVA SANTOS E OUTRO
ADVOGADOS : FERNANDA COSTA NORONHA ALBUQUERQUE - AL013791A
HANNA DOLORES NASCIMENTO DA SILVA SANTOS - AL017344
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : HERCULES MATHEUS SANTOS DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : VAGNER DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HERCULES MATHEUS SANTOS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (0807899-24.2019.8.02.0000).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos, 4 meses e 540 dias-multa pelo crime de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006), a ser cumprida em regime fechado.

As impetrantes sustentam que o regime inicial de cumprimento da pena é ilegal e que não há razão que sustente a prisão preventiva do réu, tendo o direito de recorrer em liberdade. Argumentam, ainda, que há excesso de prazo, visto que o paciente está preso há mais de 1 ano, sem a expectativa de ver a apelação julgada.

O Juízo *a quo*, em regime de plantão, determinou a remessa dos autos ao Juízo da execução para que decida sobre o regime inicial da pena.

Quanto à alegação de excesso de prazo, informou "verifico que a denúncia oferecida contra o paciente é datada de 21/12/2019 (fls. 1-3 dos autos de origem) e a sentença condenatória expedida contra ele é datada de 30/10/2020 (fls. 281/297), ou seja, transcorrido menos de 1 (um) ano do oferecimento da denúncia, o processo já foi sentenciado, o que não denota excesso de prazo, pelo contrário, sugere razoabilidade na marcha processual, de modo que não merece acolhida o argumento de excesso de prazo levantado pela defesa".

No que tange ao direito de recorrer em liberdade, informou o Juízo que "entendo que o magistrado de primeiro grau justificou os motivos da necessidade da imposição de regime fechado ao início do cumprimento da pena, o que, de maneira indireta, justifica a não concessão do seu direito de recorrer em liberdade (fls. 281/297 dos autos originários)".

Requer, liminarmente, o alvará de soltura para que recorra em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar”.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente